

NOTA DO 2º ENCONTRO DE GESTORES DE UNIDADES SUPERIORES DE CONTROLE EXTERNO

FOZ DO IGUAÇU

NOVEMBRO DE 2019

Os gestores responsáveis pelo controle externo dos Tribunais de Contas, reunidos no I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas do Brasil, ocorrido em Foz do Iguaçu - PR, no período de 11 a 14 de novembro de 2019, refletiram sobre temas técnicos relativos à melhoria da atuação do controle externo.

O fortalecimento das Instituições de Controle pressupõe serem melhor aparelhadas para cumprir as funções que lhe foram cometidas pelos artigos 70 a 75 da Constituição Federal, sendo imprescindível, para isso, o aperfeiçoamento de suas atividades de fiscalização.

A integração das unidades de controle externo e a troca de experiência de seu corpo técnico mostra-se essencial para a identificação e disseminação das boas práticas desenvolvidas pelos diversos Tribunais de Contas.

Apresentamos a seguir os temas discutidos na reunião:

1. Plataforma de comunicação e compartilhamento desenvolvida pelo Instituto Rui Barbosa

O representante do Instituto Rui Barbosa, Luciano Caldas, demonstrou a plataforma de comunicação e compartilhamento de informações dos Secretários de Controle Externo no portal do IRB. Enfatizou a importância de os próprios participantes poderem criar tópicos para discussão, tornando a ferramenta um repositório de informações.

2. Implantação das NBASPs – Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público e utilização de um sistema que contenha os pontos de auditoria de acordo com as normas de maneira que sejam obrigatoriamente cumpridas pelos auditores.

Cleyton Barbosa, do TCE-RN, defendeu a ideia de realização de Fóruns Locais a partir da realização dos Fóruns Nacionais de Auditoria promovidos pelo IRB, como meio para a efetiva implantação das NBASPs. Para disseminar as normas internamente, o TCE-RN promoveu o debate entre os auditores de controle externo, evidenciando o impacto das normas na melhoria do processo de auditoria.

Vitor Gobato, do TCE-GO, demonstrou como a utilização de um sistema de auditoria pode garantir a aderência do processo de fiscalização às NBASPs.

3. Discussão a respeito do alinhamento prévio ao planejamento dos Tribunais Estaduais e Municipais quanto a demandas provenientes da Atricon, IRB e TCU, no que se refere à realização de trabalhos coordenados.

Os representantes do Tribunais de Contas relataram que certos trabalhos são solicitados pelo TCU, IRB e Atricon ao longo do exercício, sem que se possa fazer seu devido planejamento no Plano Anual de Fiscalização.

Assim os Tribunais de Contas passam a ser simples executores desses trabalhos, sem participar do seu processo de planejamento.

Os gestores responsáveis pelas unidades de controle externo apresentam a proposta de efetivar a participação dos tribunais estaduais e municipais no processo de discussão e planejamento desses trabalhos coordenados e que sejam encaminhados com antecedência para os Tribunais inserirem no seu planejamento anual.

4. Critérios para mensuração dos benefícios da atuação dos Tribunais de Contas.

O representante do IRB, Nelson Granato, apresentou modelo teórico de mensuração dos benefícios das ações de controle externo.

O representante do TCM-RJ, Fábio Furtado, relatou que existe um grupo de trabalho constituído pela Portaria nº 06/2019 da Atricon que produziu o Manual de Quantificação de Benefícios Gerados pela Atuação das Cortes de Contas – MQB.

5. Utilização de equipamentos para a melhor atuação do controle externo (drones, laboratórios de medição de qualidade do asfalto, etc).

Adriana Arantes do TCE-PE apresentou um vídeo expondo a utilização de drones como suporte às fiscalizações de barragens, lixões e pavimentação urbana. Com a utilização do software *Drone Deploy* é gerado um modelo 3D que possibilita o cálculo de volumes e áreas.

Fábio Furtado do TCM-RJ apresentou um vídeo institucional acerca da importância da utilização dos drones para redução do tempo da auditoria e mapeamento de áreas de difícil acesso.

Luciana Guerra do TCM-SP discorreu sobre os ensaios tecnológicos utilizados pelo órgão para avaliar a qualidade dos serviços relacionados a pavimento asfáltico, estruturas e pavimentos de concreto, fornecimento de merenda e uniformes escolares.

Luciana também relatou a utilização de métodos quantitativos (estatística) para definição de amostra, intervalo de confiança e margem de erro.

6. O Papel dos Tribunais de Contas na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

O representante do IRB, Nelson Granato, apresentou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os correlacionou com os Direitos Fundamentais insculpidos na Constituição Federal de 1988. Por fim, ressaltou a necessidade de avaliação de políticas públicas pelos Tribunais de Contas Brasileiros.

7. Orientações e regulamentações acerca das atividades desempenhadas pelos Tribunais de Contas em decorrência de “Protocolos de Entendimentos” firmados com o BID, BIRD e outros órgãos de financiamento.

Rafael Ayres do TCE-PR apresentou a experiência paranaense de auditoria financeira em programas cofinanciados.

Durante os debates, os gestores das unidades de controle externo cujos Tribunais de Contas possuem “Protocolos de Entendimentos” com essas instituições de financiamento sugeriram que se estude uma forma de contrapartida pelos serviços de auditoria prestado, haja vista que já existe previsão no contrato de financiamento de um percentual para gasto com auditoria independente. Tal contrapartida poderia ser em capacitação ou fortalecimento institucional.

8. Projeto Integrar

Renata Carvalho do TCU apresentou o estágio atual do Projeto Integrar que visa o aprimoramento do controle externo de políticas públicas e programas públicos descentralizados. Apresentou o cronograma de

envolvimento de todos os Tribunais de Contas no projeto a partir da demanda do Colégio de Presidentes.

Trouxe a ideia de que se os Tribunais de Contas trabalharem de forma integrada, poderão ser mais eficientes, contribuir para a melhoria dos serviços prestados à população e gerar mais benefícios para a sociedade.

Propostas de Encaminhamento

Os gestores responsáveis pelo controle externo dos Tribunais de Contas apresentam para o IRB e a Atricon as seguintes propostas de encaminhamento:

- A. Institucionalizar o Fórum dos Secretários de Controle Externo como instância de discussão dos temas técnicos relativos à atuação dos Tribunais de Contas Brasileiros.
- B. Efetivar a participação dos Tribunais de Contas estaduais e municipais no processo de discussão e planejamento dos trabalhos conjuntos demandados pelo TCU, IRB e Atricon.
- C. Estabelecer diretrizes para a aplicação uniforme dos critérios de mensuração de benefícios dos Tribunais de Contas constantes do Manual de Quantificação de Benefícios.
- D. Estudar uma forma de contrapartida pelas auditorias realizadas pelos Tribunais de Contas signatários dos “Protocolos de Entendimentos” firmados com o BID, BIRD e outros órgãos de financiamento. Tal contrapartida poderia ser em forma de capacitação ou fortalecimento institucional.
- E. Que o IRB dê continuidade à realização dos Fóruns Locais de Auditoria como estratégia para disseminação das NBASPS nos Tribunais de Contas.

Foz do Iguaçu, novembro de 2019.

Nome	Órgão
Jeú Campelo Bessa	TCE-AC
Victor Andrade Leite	TCE-AP

José Raimundo B. Aguiar	TCE-BA
Raimir Holanda Filho	TCE-CE
José Barbosa dos Reis	TC-DF
Eduardo Givago C. Machado	TCE-ES
Marcelo L. Fedeszen	TCE-ES
Vitor Gobato	TCE-GO
Flávia Alice Dias Lopes	TCE-MG
Volmar Bucco Junior	TCE-MT
Ana Paula Cruz Maciel	TCE-PA
Adriana Figueirêdo Arantes	TCE-PE
Bruno Camargo de Holanda Cavalcanti	TCE-PI
Rafael Ayres	TCE-PR
Talita Dourado Schwartz	TCE-RJ
Cleyton Marcelo Medeiros Barbosa	TCE-RN
Bruno Botelho Piana	TCE-RO
Jonathas Coutinho da Silva	TCE-RR
Claudio Roberto Koskodan das Chagas	TCE-RS
Marcelo Brognoli da Costa	TCE-SC
Dênia Maria Almeida da Luz Soares	TCE-TO
Hélio Bittencourt Chaves	TCM-BA
Priscila Kelly Borges	TCM-GO
Fábio Furtado de Azevedo	TCM-RJ
Lívio Mário Fornazieri	TCM-SP